

Argentina deve proteger a mobilização social, não silenciá-la

Organizações sociais e de direitos humanos expressamos nossa profunda preocupação com a brutal repressão à manifestação social na Argentina na quarta-feira, dia 12. A "marcha pelos aposentados" acontece todas as quartas-feiras há meses em Buenos Aires contra os cortes em aposentadorias e pensões e na disponibilidade de medicamentos, em um contexto de feroz ajuste econômico.

A atuação das forças de segurança, com o único objetivo de dispersar a manifestação, foi abusiva e desproporcional, contrariando os padrões regionais e internacionais que protegem o direito ao protesto. Mais de vinte pessoas foram hospitalizadas e outras 114 foram detidas, entre elas duas crianças. Após várias horas, a Justiça da Cidade de Buenos Aires as liberou por falta de informações sobre os motivos das detenções.

Uma mulher aposentada de 87 anos foi empurrada e golpeada na cabeça por um agente da Polícia Federal. O fotógrafo Pablo Grillo foi atingido por um cartucho de gás lacrimogêneo na cabeça enquanto fotografava a marcha e está internado em estado crítico, com prognóstico reservado. Um menino e uma menina foram afetados pelo gás quando saíam de uma escola na região. A polícia disparou balas de borracha contra os rostos das pessoas, ferindo várias delas, e utilizou gás de pimenta a curta distância. Idosos, crianças, jovens, homens e mulheres foram dispersados indiscriminadamente nos arredores do Congresso Nacional com o uso de gás lacrimogêneo, balas de borracha, caminhões de jato d'água e cassetetes. Esse foi o saldo da violenta repressão contra aqueles que se manifestaram na última quarta-feira.

O uso de lançadores de gás, como o que feriu Pablo Grillo, estava proibido em protestos até que o governo de Javier Milei revogou a resolução que determinava essa restrição. De acordo com a normativa emitida pelo atual governo em dezembro de 2023, qualquer manifestação que bloqueie ruas ou estradas é considerada um crime. Além disso, o governo argentino autorizou as forças de segurança a dispersar manifestações, portar armas de fogo em contextos de protesto e coletar informações para, posteriormente, criminalizar aqueles que participam das mobilizações.

A repressão aos protestos sociais e a criminalização dos manifestantes consolidaram-se como ferramentas do governo argentino para intimidar e silenciar vozes dissidentes, reduzindo o espaço democrático no país. Ao longo de 2024, mais de 93 pessoas foram detidas arbitrariamente por participar de protestos e mais de 600 ficaram feridas com diferentes graus de gravidade. O episódio de 12 de março evidencia um aumento alarmante no número de detidos e feridos em uma única manifestação.

Também preocupa a narrativa construída pelo Estado no último ano para justificar a violência contra os manifestantes. Altos funcionários do governo qualificaram as manifestações populares como "uma tentativa de desestabilizar o governo", "um golpe de Estado" e acusaram os manifestantes de serem "líderes terroristas". Em declarações

oficiais, a Ministra da Segurança da Argentina defendeu a atuação policial e afirmou que buscará a criminalização dos manifestantes por "sedição" (perturbação da ordem pública) e da juíza que liberou as pessoas detidas. Além disso, prometeu expulsar do país os imigrantes que participaram do protesto.

A escalada da violência por parte do Estado argentino e, em particular, a retórica da "desestabilização" colocam em risco direitos fundamentais de uma sociedade democrática, como o direito à manifestação e à liberdade de expressão.

Expressamos nossa solidariedade às reivindicações do povo argentino por melhores condições de vida e instamos as autoridades a cumprirem suas obrigações internacionais e a investigarem de maneira completa a atuação policial, para punir condutas indevidas. Acompanhamos atentamente o encolhimento do espaço cívico na Argentina e instamos o governo a garantir um ambiente seguro e propício para a expressão de vozes dissidentes. Manifestamos nossa preocupação com o avanço do autoritarismo na Argentina e suas consequências para toda a região e estimulamos os Estados latino-americanos a se pronunciarem em defesa da democracia e dos direitos humanos dos povos latino-americanos.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Amnesty International

Organización Mundial contra la Tortura (OMCT)

International Service for Human Rights (ISHR)

Oficina en Washington para Asuntos Latinoamericanos (WOLA)

CIVICUS Global Alliance

Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL)

Robert F. Kennedy Human Rights

Omega Research Foundation

Egyptian Initiative for Personal Rights (EIPR)

Hungarian Civil Liberties Union (HCLU)

Legal Resources Centre (LRC)

Commision for Missing Persons and Victims of Violence (KontraS)

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

ARTIGO 19 Brasil e América do Sul

Conectas Direitos Humanos

Colectivo de Abogados y Abogadas José Alvear Restrepo (CAJAR)

Asociación Pro Derechos Humanos (APRODEH)

Centro de Estudios de Derechos, Justicia y Sociedad (Dejusticia)

Centro de Políticas Públicas y Derechos Humanos (Peru EQUIDAD)

Fundación Regional de Asesoría en Derechos Humanos - INREDH

Movimiento en Resistencia contra las Agresiones Oculares (MOCAO Colombia)

ILEX Acción Jurídica

Temblores ONG

Fundación Foro Nacional por Colombia

Comité Permanente por la Defensa de los Derechos Humanos (CPDH)

Centro de Derechos y Desarrollo (CEDAL)

Corporación de Defensa de los Derechos Pueblo (CODEPU)

Centro de Investigación y Promoción de los Derechos Humanos (CIPRODEH)

Casa Centroamérica en México

JusticiaYa, Guatemala

Instituto Interamericano de Paz y Reconciliación (INSPyRE)

Programa Somos Defensores, Colombia

Kilómetro 0, Puerto Rico

Comisión Ecuménica de Derechos Humanos

Comité de Acción Jurídica (CAJ)

Liga Mexicana por la Defensa de los Derechos Humanos (LIMEDDH)

Comisión Nacional de Derechos Humanos - República Dominicana (CNDH-RD)

Observatorio Ciudadano Chile

Comisión de Derechos Humanos de El Salvador

Observatorio de Derechos Humanos y Violencia Policial de Chile

Comité de Solidaridad con los Presos Políticos -Colombia

Campanha Defender la Libertad un asunto de todas - Colombia

Programa Compañeros de Ciudad Juárez -Chihuahua, México

Corporación Justicia y Democracia - Colombia

Corporación Democracia en Acción (DEMOS) de Colombia

Irídia, centro por la defensa de los derechos humanos -Cataluña-Espanha

Movimiento RegularizaciónYa, Espanha

Novembre Feminista (Ca La Dona) Catalunya

Associació Ca la Dona, Barcelona

Centro de Investigación y Defensa Sur, de Wallmapu Chile (CIDSUR)

Acción Ecológica

Stop Balas de Goma

Mapa de la Policía

Entrepueblos-Entrepobles-Entrepobos-Herriarte España

Fundación para la Defensa, Promoción de los Derechos Humanos y el Desarrollo Sostenible (Fundesos)

Coordinación Colombia Europa Estados Unidos (CCEEU) - Colombia

Instituto Latinoamericano para una sociedad y un derecho alternativos - Ilsa

Corporación Compromiso - Colombia

Humanidad Vigente Corporación - Colombia